



## **57° RELATÓRIO PLENÁRIO - ESWATINI**

**(progresso nas Resoluções do 56° Plenário)**

### **SALUTAÇÕES**

- **PRESIDENTE DA SADC PF**
- **COLEGAS E ORADORES DE OUTROS PAÍSES**
- **O nosso Anfitrião, o Excelentíssimo Advogado Jacob Francis Nzwidamilimo Mudenda, Presidente do Parlamento do Zimbabué**
- **Exmo. Parlamentares dos respectivos membros olham**
- **Senhora Secretária-Geral da SADC PF Sra. Boema Sekgoma**
- **Escrivão dos Parlamentos**
- **PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO**
- **SECRETARIADO DA SADC PF**
- **Secretaria dos Estados-Membros**
- **Os membros do quarto Estado**
- **Detalhe de segurança aqui presente**
- **O nosso Secretariado Anfitrião do Parlamento do Zimbabué**

**!!!!!!! SAÚDO A TODOS VÓS!!!!!!!**

## **1.0 Introdução**

Relatório do país do Reino de Eswatini a ser apresentado durante a 57ª Sessão da Assembleia Plenária a realizar no Parlamento da República do Zimbabué em Victoria Falls.

## **2.0 Transformação do PF da SADC num Parlamento Regional**

De acordo com a Decisão do Conselho de agosto de 2024, o Protocolo que foi partilhado com os Estados-Membros para Consultas Nacionais, Eswatini, enquanto Estado-Membro, declara que apoia a transformação do PF da SADC num Parlamento da SADC e assinou o acordo.

O Parlamento do Reino de Eswatini deve envolver-se mais no processo de consulta sobre o projecto de protocolo, e o relatório processual sobre a Fase dois deste assunto está em curso. Eswatini fará então as suas apresentações no devido tempo.

## **3.0 Destacamento de altos funcionários parlamentares para o Fórum**

O Parlamento do Reino de Eswatini está disposto a alavancar o destacamento de pessoal para o SADC PF, assim que o exercício de reestruturação estiver finalizado.

## **4.0 Apoio às Missões de Observação Eleitoral do PF da SADC**

O Parlamento do Reino de Eswatini está a tomar nota do apelo para contribuir para as Missões de Observação Eleitoral, a pedido da delegação do PF da SADC, como resolvido. O item de 6000 USD por eleição.

## **5.0 Implementação do PROJETO DE GOVERNANÇA SRHHIV/SIDA 2023-2026**

O Fórum Parlamentar da SADC (SADC PF) está na vanguarda da promoção do envolvimento dos parlamentares no combate às alterações climáticas e na criação de iniciativas de mitigação para lidar com o impacto das alterações climáticas em toda a região da SADC, incluindo a ocorrência de padrões climáticos extremos, desastres naturais, baixa pluviosidade, secas severas, inundações, tempestades tropicais e ciclones. Ao longo dos anos, os membros do Parlamento tiveram a oportunidade de, durante as reuniões das Comissões Permanentes e nas Sessões Plenárias, se envolverem na melhor forma de abordar as questões das alterações climáticas, incluindo a promoção do desenvolvimento resiliente em todas as frentes.

Eswatini, enquanto país, ratificou convenções internacionais sobre alterações climáticas. Existe um ministério independente do turismo e dos assuntos ambientais que coordena todos os riscos através da unidade de alterações climáticas. Dado o seu mandato constitucional. Eswatini domestica os Protocolos da SADC e implementa as disposições das Leis-Modelo, bem como instrumentos relacionados, como o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres. Assim, existe a Agência Nacional de

Gestão de Desastres, que atenua o impacto na população marginalizada, especialmente nos jovens e nos idosos.

Assim, foi feito um forte apelo à necessidade de integrar a execução do Programa de Governança do VIH/SIDA em SRHR com as alterações climáticas. Este apelo foi feito no horário nobre do Parlamento do Reino de Eswatini com o recém-criado comité de pasta para as alterações climáticas.

O comité teve uma sessão de indução com o PNUD sobre a execução do seu mandato no apelo à legislação sensível ao clima, aos defensores da acção climática, bem como ao orçamento sensível ao clima.

Houve mais colaboração com a UNESCO num apelo à inclusão na prestação de serviços de SRHR para pessoas com deficiência e na defesa das árvores indígenas pela nossa sociedade marginalizada. Esta iniciativa foi apoiada pela Sociedade Bíblica.

Mais informações sobre o impacto das alterações climáticas foram apreciadas durante a campanha de sensibilização para o VIH junto dos jovens, realizada no círculo eleitoral de Mhlume, uma tentativa de levar o Parlamento até às pessoas e descentralizá-lo em todas as regiões.

#### **6.0 Nomeação de Pessoas Focais na Lei-Modelo**

A Senhora Thoko Gumede, Assistente Jurídica, foi nomeada pelo Parlamento do Reino de Eswatini para auxiliar o Comité na monitorização da transposição das Leis-Modelo adotada pelo Fórum.

#### **7.0 Esforço legislativo para domesticar as Leis-Modelo da SADC como instrumentos**

Eswatini, enquanto país, apresentou perspectivas sobre a forma como o país se saiu na domesticação da estrutura legislativa de Eswatini no que diz respeito à Lei Modelo sobre o VIH/SIDA, Lei Modelo baseada no género, Lei Modelo do Fundo de Poupança e Desenvolvimento da SADC, Lei Modelo sobre Eleições e Lei Modelo de Gestão das Finanças Públicas.

Eswatini como país executou o seguinte;

##### **7.1 Lei Modelo Baseada no Género**

- Sensibilização dos Parlamentares sobre a Lei Modelo da SADC PF sobre VBG e casos de agressão sexual
- Integração de atividades baseadas no género em todos os comités parlamentares/sessionais (crianças, género, clima, DPMs e mais)
- Aumento da apresentação de moções de SDRS caracterizadas por debates baseados em evidências em relação à VBG

- Para corrigir lacunas nos julgamentos tardios de casos de violência de género, existem agora muitos relatos e julgamentos rápidos de casos com multas pesadas ou, por vezes, penas de prisão perpétua.
- Foram realizados workshops sobre VBG para ambas as câmaras do Parlamento,
- Realização de reuniões virtuais com os defensores da SDSR e com a equipa parlamentar com os respetivos comités de pelouro,
- Compilação de alertas de pacotes watsup partilhados em mensagens VBG.
- As regulamentações de assistência social estão em vigor para alavancar o abuso de orfanatos e o estabelecimento de abrigos para sobreviventes
- **Quadro legislativo revisto** trabalhar com referência a
  - **Eu** Lei SODV de 2018, alteração das cláusulas contenciosas da Lei SODV de 2018,
  - **ii. o Alteração à Lei do Casamento e do Regime Matrimonial**/A Lei dos direitos de propriedade para travar a questão dos direitos humanos das mulheres está em curso,
  - **iii.** Lançamento da Política Nacional de Género, Estratégia Nacional para Acabar com a Violência em Eswatini, bem como da Política de Estratégia de Parentalidade Positiva.
- **Relatórios sensíveis ao género** foi defendido através de iniciativas de capacitação, o que gerou uma forte vontade política na luta contra a VBG, ao mesmo tempo que desmistificou certos mitos sobre a SDSR, especialmente na execução do projecto SDSR
- **Quadro de política populacional revisto** que remontava a 2002, para corrigir, com razão, as complexidades do dividendo demográfico em termos de idade de casamento
- **Reviu o quadro legislativo sobre Direitos Humanos**, isto inclui a criação da unidade de reforma legislativa, para rever os projetos de lei obsoletos sobre o femicídio e os direitos sexuais e reprodutivos
- O tráfico e o contrabando de pessoas (Lei da Proibição, 2009), que lidera a luta contra o tráfico e o contrabando de pessoas, assegurando ao mesmo tempo o cumprimento dos cinco pilares regionais e internacionais, que são: Coordenação nacional, coordenação internacional, acusação, proteção e prevenção
- A Política de Retenção Educativa tem sido fundamental para mitigar todos os males das Gravidezes Precoces e Não Intencionais
- Um forte apelo no país para declarar a VBG como um desastre nacional

## **7.2 Em Eswatini, a lei-tipo do PF da SADC sobre as eleições motivou o seguinte;**

No que respeita à supervisão e legislação, o Parlamento deu prioridade à promulgação de leis eleitorais abrangentes que incorporem as melhores práticas internacionais e abordem os desafios emergentes, como a manipulação digital e a desinformação.

### **7.2.1 Em Capacitação e Formação**

- Eswatini influenciou a capacidade e a formação em processos eleitorais e quadros legais relacionados, para além de programas de formação adaptados aos parlamentares para melhorar a compreensão das leis eleitorais, as estratégias de educação dos eleitores e o papel da tecnologia nas eleições.
- Além disso, o país alcançou melhores práticas e inovações na gestão eleitoral.

### **7.2.2 No que respeita à promoção da participação inclusiva**

Houve um diálogo inclusivo e representação de diversas vozes dentro da sociedade, conduzido para mitigar os riscos eleitorais, envolvendo organizações da sociedade civil, partidos políticos e grupos marginalizados.

#### **7.2.3 Com o alargamento e o reforço das instituições eleitorais**

O país fê-lo através de financiamento suficiente, processos de nomeação transparentes para os comissários eleitorais e quadros legais que garantem a autonomia.

Além disso, o parlamento realizou avaliações regulares do desempenho e da prestação de contas das instituições eleitorais para identificar áreas de melhoria e colmatar lacunas no seu mandato. (O EBC é filiado no Ministério da Justiça e Assuntos Constitucionais - através de auditorias anuais de desempenho.

### **7.2.4 In Sensibilização Pública e Educação Cívica**

O país realizou uma forte sensibilização pública e educação cívica para construir resiliência contra os riscos eleitorais e promover a participação informada no processo eleitoral através de parcerias com instituições de ensino, meios de comunicação social e organizações da sociedade civil, apoiando iniciativas que promovem a educação cívica, o recenseamento eleitoral e campanhas de sensibilização para os direitos e responsabilidades eleitorais.

**Sobre as eleições femininas,** o país considerou medidas de reforma eleitoral que reduzam as barreiras para as mulheres e candidatos de minorias, eliminando requisitos discriminatórios de recenseamento eleitoral e melhorando o acesso ao voto mesmo para grupos marginalizados e deficientes físicos.

De salientar que Suas Majestades fizeram um apelo a mais apoio feminino durante as eleições para endossar o Protocolo de Género e Desenvolvimento da SADC. Eswatini tem de facto mais representantes femininas, entre as vinte e nove parlamentares mais importantes.

- **Membros do Senado -14 membros**
- **Casa da Assembleia –15 Hon. membros**

Este é um marco na história do país (em comparação com o mandato anterior, que contou com uma representação de apenas 14 mulheres).

**A Lei das Mulheres e das Eleições** estimulou uma forte vontade política de votar nas mulheres; além disso, a educação cívica sobre as eleições femininas foi também um indicador positivo, uma vez que foi conduzida em todos os círculos eleitorais pela comissão eleitoral e de fronteiras, onde a sociedade civil estava igualmente envolvida.

### **7.2.5 Financiamento das Eleições Femininas**

O país apoia a necessidade das mulheres nos negócios através de medidas de inclusão financeira, envolvendo várias instituições financeiras e cooperativas no lado empresarial, e isso irá dotá-las de todas as formas de capacitação.

**7.2.6 Sobre os jovens parlamentares,** aO país iniciou um Fundo para a Juventude, dedicado à capacitação dos jovens, onde podem iniciar negócios, existindo também o Fundo de Desenvolvimento Regional, onde iniciam negócios em grupo e recebem subsídios.

Além disso, a unidade das Alterações Climáticas colaborou com o Parlamento na execução de trabalhos de alta defesa do Parlamento dos Jovens.

### **7.3 Sobre a Lei do Modelo de Gestão das Finanças Públicas, o país levou a cabo as seguintes iniciativas e promulgações;**

- a revisão da Lei da Contratação Pública de 2012, que aborda o cumprimento das medidas de contratação pública e muito mais,
  - Criação da Autoridade de Regulamentação das Aquisições de Eswatini (ESPRA)
  - Autoridade Tributária de Eswatini - sistema de base tributária melhorado do país
  - A FSRA - Financial Services Regulatory Authority é um órgão regulador do país
  - Reparação em caso de branqueamento de capitais.
  - Implementação de um Sistema Integrado de Informação de Gestão Financeira;
  - monitorização e gestão da folha de pagamentos;
- houve uma implementação de um Sistema de Gestão do Desempenho em todo o governo;
- há uma maior alocação de recursos dentro da Comissão Anticorrupção e reforço do sistema de justiça.
- A eficiência da Comissão de Contas Públicas na execução dos fundos públicos dos respectivos Ministérios
  - Existe o Comité de Carteira do Ministério das Finanças e o Comité de Sessão das Finanças para corrigir o ciclo orçamental e muito mais.
  - Há debates robustos sobre os relatórios anuais de desempenho dos respectivos Comités de Carteira Ministerial.

### **7.4 Lei-tipo sobre HIV/SIDA**

Eswatini reviu e promulgou rigorosamente toda a estrutura legislativa relevante que trata do tratamento e das medidas preventivas contra o VIH/SIDA. A comemoração anual do Dia Internacional Mundial da SIDA é atribuída a **Eswatini alcançando globalmente o '95-95-95'** meta global para o VIH. Isto significa que 95% das pessoas que vivem com o VIH conhecem o seu estado; os outros 95% das pessoas que sabem que são seropositivas estão a ter acesso ao tratamento e os restantes 95% das pessoas em tratamento têm a carga viral suprimida. O prazo '95-95-95' é 2030, mas Eswatini atingiu o objetivo em 2020. O que é um marco.

O Comité Sessional sobre o VIH/SIDA e outros comités de pelouro que incluem (Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Formação, Vice-Primeiros-Ministros, Primeiros-Ministros) também executam este mandato com a devida diligência.

As intervenções acima destacadas por Eswatini na domesticação de leis-tipo especificadas são relativas ao mandato constitucional do país.